

DIÁLOGO DOS ORADORES: REVISÃO CRÍTICA E FATICHES

Victor Bernardo Chabu*

Recebido em: 18/10/2021
Aprovado em: 28/10/2021

*Doutor em Matemática pela Universidade de Paris XII, Mestrando em Letras Clássicas na Universidade de São Paulo.

vbchabu@gmail.com



RESUMO: Neste artigo, apresentamos o *Diálogo dos Oradores*, de Tácito, bem como a fortuna crítica da obra e o equipamento conceitual por ela mobilizado. Sua interpretação beneficia-se enormemente de uma abordagem que leve em conta aspectos sociológicos e psicológicos do contexto em que o *Diálogo* foi publicado, o qual explicamos, e passamos em revista alguns dos trabalhos de recepção crítica mais recentes. Por fim, introduziremos a noção de *fatiche*, devida a Latour, e ilustraremos como ela se adequa às possibilidades interpretativas do *Diálogo*.

PALAVRAS-CHAVE: *Diálogo dos Oradores*; Tácito; retórica latina; prosa imperial; *fatiche*.

DIALOGUS DE ORATORIBUS: CRITICAL REVIEW AND FACTISH

ABSTRACT: In this article, we present Tacitus' *Dialogus de Oratoribus*, as well as the critical fortune of the work and the conceptual tools it mobilizes. Its interpretation benefits enormously from an approach that takes into account sociological and psychological aspects of the context in which the *Dialogus* was published, which we explain, and we review some of the most recent works on its critical reception. Finally, we will introduce the notion of *factish*, due to Latour, and we illustrate how it fits into the interpretive possibilities of the *Dialogus*.

KEYWORDS: *Dialogus de Oratoribus*; Tacitus; Latin rhetoric; imperial prose; *factish*.



1. INTRODUÇÃO

Tácito iniciou sua vida pública como orador, e, sendo um *homo nouus*, isto é, alguém sem pais ou ancestrais que tivessem exercido altos cargos políticos, subiu os degraus da carreira pública, o *cursus honorum*, impulsionado por seu talento oratório (e talvez com alguma ajuda de um bom casamento), até atingir o posto de cônsul sufecto¹ em 97 d.C. Por esse tempo, Roma já vivia em um sistema político centralizado na figura do *princeps* havia 130 anos, e mesmo o cargo de cônsul já perdia muito da autoridade que tivera durante a República.

Também a importância simbólica do consulado, ainda relevante, sofria com a depreciação que lhe causavam as intervenções eivadas de favoritismo do imperador quando da indicação dos cônsules, outrora escolhidos em eleições extremamente acirradas; o próprio estabelecimento do consulado sufecto como cargo permanente,² com o objetivo de aumentar o número de cônsules de 2 para 4 já apontava para a relativização do prestígio desse posto, conforme pretendeu-se usá-lo para reacomodar a disputa por posições de uma elite emergente, oriunda das diversas províncias do império e dos povos que se romanizavam, cada vez mais frequentada por *homines noui* e sobrenomes estrangeiros à antiga elite republicana.

Mesmo Tácito sendo com toda probabilidade de origem gaulesa, e apesar de sua jornada bem-sucedida de *self made Roman*³ – tendo, inclusive, chegado a um dos graus máximos da magistratura imperial, em 112 ou 133 d.C., o de procônsul da Ásia –, sua obra deixa transparecer certa desilusão, não tanto com as próprias realizações, mas com o que poderíamos chamar de realizações do talento, com a possibilidade de as capacidades e méritos de um indivíduo lhe renderem o devido reconhecimento. Sintoma disso está, por exemplo, na biografia que escreveu de seu sogro, Agrícola, conquistador e depois longo governador da Britânia, que se afastou da vida pública e declinou o cargo de procônsul da África, diz Tácito, por interferência de Domiciano, em *tam saeua et infesta uirtutibus tempora*⁴ (Tac. *Ag.* 1.4); está também no *Diálogo*, na voz de um dos oradores, ao declarar, sobre o poder e a influência de certos importantes oradores do Principado, que *tantum posse liberti solent*⁵ (Tac. *Dial.* 13.4), referindo-se às intrigas e maquinações de que os funcionários próximos do centro do poder seriam capazes.

Outro fator que certamente colaborou para esse pessimismo difuso da obra taciteana foi a instabilidade política que acometeu Roma de forma crônica durante a maior parte do séc. I, e os seguidos períodos de transição violenta de governo, marcados por paranoia,

¹ Uma espécie de “vice-cônsul”; durante o Principado, era comum os cônsules renunciarem no meio do mandato para entregarem os cargos aos sufectos.

² Na República, um cônsul sufecto somente seria escolhido se o cônsul fosse impedido de exercer o cargo, e.g. por morte.

³ A expressão não é minha, mas já tem sido apropriada por diversos autores.

⁴ “Tempos tão ferozes e infensos às virtudes.”

⁵ “Poder tudo isso, escravos libertos em geral podem.” Os *liberti* eram escravos libertos, que não raro alcançavam altos postos na administração romana.

perseguições e proscricções.⁶ Por sinal, nas proscricções a oratória teve um papel determinante, pois como o regime imperial se fundava em uma propaganda de restauração da República e manutenção da liberdade, não havia leis de censura específicas contra opositores políticos, de modo que os oradores a serviço do príncipe eram obrigados a processar os oponentes com base em acusações de conspiração, traição ou, muito comumente, corrupção, e, portanto, fazer um exercício retórico considerável para dar uma aparência de legalidade à opressão política.

Os *delatores*, como eram chamados, foram figuras tanto mais odiadas e temidas quanto menos escolhiam como alvo apenas os opositores do regime, e cada vez mais desafetos pessoais ou indivíduos que, simplesmente, eram ricos (eles ficavam com um quarto dos bens dos proscritos). Winterbottom (1964) chega a defender que a grande razão de Quintiliano ter impresso em sua *Institutio Oratoria* um caráter moral tão acentuado era prevenir que o treinamento retórico desse espaço para o surgimento de novos *delatores*, e, como veremos ao longo do texto, a sombra deles paira todo o tempo sobre os assuntos discutidos no *Diálogo*, uma obra a todo momento em intertexto com a *Institutio*.

Um *delator* particularmente detestado por Tácito foi Marco Régulo, de quem seu amigo Plínio fala em várias cartas, sempre nos piores termos: *Regulus filium amisit, hoc uno malo indignus, quod nescio an malum putet*⁷ (Plin. *Ep.* 4.2.1). É notável, portanto, que um dos debatedores do *Diálogo* seja justamente irmão de Régulo, Vipstano Messala, fato que por si só demonstra as perigosas veredas por onde o autor sabia estar transitando. Entretanto, é verdade que o *Diálogo* foi publicado presumivelmente nos primeiros anos da década de 100 d.C.,⁸ quando se inaugurava uma época de estabilidade que dava a impressão de haver sepultado as antigas turbulências e os antigos malfeitores:

sed utcumque se habent ista, bene fecit Regulus quod est mortuus; melius, si ante. nunc enim sane poterat sine malo publico uiuere, sub eo principe sub quo nocere non poterat.⁹ (Plin. *Ep.* 4.2.4)

Mas Tácito suspeitaria de que essa era de paz seria duradoura de um século? Poderia prever que à frente viriam 20 anos de Trajano, 20 de Adriano, 20 de Antonino, 20 de Marco Aurélio? Penso que não. Mesmo Plínio demonstrando consciência da estreiteza política da abertura que viviam – talvez apenas efetiva no tocante à segurança pessoal e patrimonial dos cidadãos –, uma situação que fomentava o debate sobre a possibilidade de a oratória

⁶ Condenação dos inimigos políticos à morte ou ao exílio, subsequente apreensão de todos seus bens, e repartição desses entre o imperador e seus aliados.

⁷ “Régulo perdeu o filho, o único mal que não merece, e que não sei se considera um mal.” Na sequência da carta, Plínio explica como Régulo aproveitara a ocasião para se apropriar da grande herança materna do jovem, e como, apesar de velho, já pensava em novo casamento. *Incredibile, sed Regulum cogita* – “Incrível, mas pensa em Régulo” (Plin. *Ep.* 4.2.2).

⁸ Ver a discussão em Mayer (2001, Intr. sec. 8).

⁹ “Mas, do jeito que as coisas estão, fez bem Régulo por ter morrido; melhor faria, se antes. Pois agora é certo que teria podido viver sem o mal comum, em um principado sob o qual não teria podido causar danos.”

voltar a exercer seu papel central no exercício do poder, como fora durante a República, ou sua definitiva rejeição a atividades consideradas menores.¹⁰

haec tibi scripsi, primum ut aliquid novi scriberem, deinde ut non numquam de re publica loquerer, cuius materiae nobis quanto rarior quam veteribus occasio, tanto minus omittenda est. [...] sunt quidem cuncta sub unius arbitrio, qui pro utilitate communi solus omnium curas laboresque suscipit.¹¹ (Plin. *Ep.* 3.20.10-12)

A geração de Tácito chegou à maturidade excessivamente marcada pelo rescaldo de governos do naipe de Calígula, Nero e outros que, se não ficaram tão famosos por participarem da categoria “tiranos dementes”, não foram menos brutais. Ao invés de acenar para a esperança, a ação dramática do *Diálogo* é ambientada durante o reinado de Vespasiano, provavelmente em 75 d.C.,¹² um intervalo de paz frágil e bastante tensa entre o pavoroso ano dos quatro imperadores e o governo de Domiciano, que acabou em violência. Os oradores do *Diálogo*, portanto, também acreditavam viver um período de estabilização, e em uma década estariam diante de novas proscricções; um deles, Curiácio Materno, aproveitou a suposta calma sob Vespasiano para, por assim dizer, falar com a antiga franqueza, *uti antiqua libertate* (Tac. *Dial.* 27.3), e, por conta disso, teria acabado condenado à morte e executado, provavelmente, em 91 d.C., após um demorado processo que, da acusação à sentença,¹³ teria paulatinamente piorado ao longo de 15 anos e 3 reinados de decepções.

Com efeito, o *Diálogo* começa como uma carta de Tácito a Fábio Justo,¹⁴ continuando o que seria uma discussão frequente entre eles:

¹⁰ A advocacia em si não era uma atividade menor, mas sim a advocacia de causas privadas. As atividades dignas de um romano de alta extração eram tradicionalmente três: militar, senatorial, judicial (Mayer, 2001, p. 3); as últimas duas envolvem direta e principalmente a oratória. Se é certo que o discurso senatorial já não podia ser livre, para alguns estudiosos como Mayer (2001, p. 4) o escopo dos discursos judiciais também estaria reduzido à medida que as causas públicas mais importantes cada vez mais se decidiam diretamente pelo *princeps*, ainda que em Dominik (2007, p. 334-336) possamos ver que tal afirmação deve ser matizada, dado que a oratória forense continuava podendo mobilizar multidões. Sobre o assunto, ver também Rutledge (2007).

¹¹ “Escrevi-lhe sobre isso, primeiro para escrever sobre algo novo, depois para falar de vez em quando de assuntos do interesse público, que devemos tanto menos negligenciar, quanto mais raro é o espaço que temos para eles em relação aos antigos. [...] Tudo, de fato, está sob o arbítrio de uma única pessoa, que, para o proveito comum, se encarregou sozinha das preocupações e dos problemas de todos.”

¹² Se entendermos como “ano” a palavra *statio* em “sextam iam felicis huius principatus stationem qua Vespasianus rem publicam fouet” (Tac. *Dial.* 17.3).

¹³ Sobre a identidade de Materno, Kragelund (2012).

¹⁴ Segundo Syme (1957, p. 135), era um amigo em comum com Plínio, uma pessoa cultivada, mas que teria abandonado a carreira oratória pela militar, como forma de ascensão no *cursus honorum*.

cur, cum priora saecula tot eminentium oratorum ingeniis gloriaque floruerint, nostra potissimum aetas deserta et laude eloquentiae orbata uix nomen ipsum oratoris retineat.¹⁵ (Tac. *Dial.* 1.1)

À guisa de resposta, Tácito põe-se a lembrar um debate que ouvira décadas antes entre oradores exímios, pelo menos para aquele tempo; um deles, Materno, recitara sua tragédia *Catão* e com ela incomodara alguns poderosos (plausivelmente, o próprio imperador), por isso seus amigos Júlio Segundo e Marco Apro foram-no visitar no dia seguinte, a fim de convencê-lo a amenizar o enredo e torná-la não necessariamente *melioem* (melhor), mas pelo menos *securiorem* (mais segura). O esforço dá em nada, pois Materno não apenas não aceita retificar *Catão*, como promete ser ainda mais crítico em *Tiestes*, sua próxima tragédia. *Catão* de Útica, não custa lembrar, foi a nêmesis de Júlio César e, por extensão, do que viria a ser o Principado; grande defensor da República, cometeu suicídio em 46 a.C. a fim de negar a um César já vencedor o poder de absolvê-lo por aquilo que não considerava crime. *Tiestes* era uma personagem mitológica envolvida em problemas políticos oriundos de sucessões dinásticas (e canibalismo), o que dispensa comentário.

Independentemente do que realmente tenha ocorrido (como dissemos, a identidade de Materno é incerta), de qual fosse, se é que alguma, a posição de Tácito nos debates retóricos do séc. I (como veremos, a questão de encontrar sua voz em meio ao *Diálogo* é mais complicada do que se supunha), certo é que se solidificou muito cedo na crítica moderna a ideia de que teria havido uma decadência da oratória romana durante o Principado, na verdade da própria literatura, a ponto de no séc. XIX se ter referido a um “latim de prata” do tempo de Tácito, Plínio e Quintiliano, em contraste com o “latim de ouro” do séc. I a.C., de Cícero e Virgílio. Não se discute que esse tenha sido um tópico do próprio pensamento romano, sobre o qual estaríamos hoje mais bem informados, tivesse sobrevivido o tratado *De causis corruptae eloquentiae* de Quintiliano; mas devemos tomar à letra tudo o que se produzia e dizia nessa sociedade extremamente complexa, e de cultura altamente sofisticada, que era Roma?

Vejamos o que diz sobre o assunto uma das personagens do *Diálogo*:

nam multum interest utrumne de furto aut formula et interdicto dicendum habeas an de ambitu comitorum, de expilatis sociis et ciuibus trucidatis. quae mala, sicut non accidere melius est isque optimus ciuitatis status habendus est in quo nihil tale patimur, ita, cum acciderent, ingentem eloquentiae materiam subministrabant. crescit enim cum amplitudine rerum uis ingenii, nec quisquam claram et illustrem orationem efficere potest nisi qui causam parem inuenit.¹⁶ (Tac. *Dial.* 37.4-5)

¹⁵ “Por que, tendo tido gerações anteriores que floresceram com o talento e o sucesso de tantos oradores de renome, é sobretudo a nossa época, estéril e órfã de reverência pela oratória, que a custo preserva até mesmo a designação de orador.”

¹⁶ “Ora, há uma grande diferença entre ter de discursar sobre um furto ou petições e despachos, ou sobre fraude eleitoral, saques contra aliados e massacres de cidadãos. Esses males, assim como é melhor

Ela fala de oratória ou de política? Em chave positiva ou negativa? E se considerarmos sua outra fala:

quid enim opus est longis in senatu sententiis cum optimi cito consentiant? quid multis apud populum contionibus cum de re publica non imperiti et multi deliberent, sed sapientissimus et unus?¹⁷ (Tac. *Dial.* 41.4)

Ora, essas são falas do mesmo Materno que arriscava o pescoço ao escrever tragédias para denunciar os vícios morais do poder romano, e ele ainda arremata: *quid uoluntariis accusationibus cum tam raro et tam parce peccetur? quid inuidiosis et excedentibus modum defensionibus cum clementia cognoscentis obuiam periclitantibus eat?*¹⁸ Por que Tácito, sabendo que Materno acabaria morto, poria tais afirmações na boca dessa personagem – e no lugar reservado tradicionalmente à opinião mais autoritativa do debate, pois vem quase no fechamento do *Diálogo*? E, se partirmos da hipótese ingênua de que o autor realmente nada fez senão relatar uma verdadeira conversa que ouvira, como conciliar a frase com outras palavras e atitudes de Materno, que mais cedo (Tac. *Dial.* 12.2) declarara ter abandonado o fórum justo por conta do *lucrosae huius et sanguinantis eloquentiae usus*?¹⁹ As interrogações não param por aí. Quanto mais íntimo se fica desse texto, mais se desconfia de que nada ali é o que parece, ou melhor, mais parece que tudo ali pode estar dizendo bem aquilo que o leitor quiser ouvir. No final das contas, o *Diálogo* significa mesmo alguma coisa, com tantas incoerências e com a evasão persistente da voz de quem o escreveu?

Penso que sim. Para além das entrelinhas e dos duplos sentidos, para muito além do conteúdo dos discursos, a chave para compreender o *Diálogo* está na concretude da realidade exposta, da qual Tácito age como curador. Dessa forma, os desencontros presentes na obra ocorrem porque são as contradições da vida de personagens de carne e osso em um período histórico de intensa ideologização, as quais, em tese, não estariam subordinadas a intenções

que não aconteçam, e que o regime político ideal a ser mantido seja aquele em que não passamos por nada disso, da mesma maneira, conforme iam acontecendo, forneciam uma enorme matéria para a eloquência. Afinal, é com a envergadura do assunto que cresce a força do talento, e ninguém pode produzir um discurso iluminado, brilhante, se não encontrar uma causa parelha.”

¹⁷ “Afinal, para que servem os longos pareceres no senado quando os senadores prestamente entram em acordo? Para que as muitas assembleias populares quando delibera sobre os assuntos públicos não a multidão de ignorantes, mas um único e grande sábio?”

¹⁸ “Para que as acusações de iniciativa própria quando são tão raras e insignificantes as faltas? Para que as defesas sobremaneira maliciosas quando a clemência do inquiridor vai em socorro dos acusados?” A expressão *acusação de iniciativa própria* refere-se a acusações que um indivíduo faria contra um réu, sem, no entanto, ter sido incumbido dela pelo Senado. Em Roma, ao contrário do que ocorre hoje, a iniciativa de um processo criminal era do cidadão, não do Estado.

¹⁹ “Prática dessa oratória lucrativa e sanguinolenta.”

autorais, como veremos adiante.²⁰ Por isso, se formos a fundo nos discursos dos demais oradores, encontraremos inúmeros outros exemplos de inconsistências: algumas internas à lógica dos discursos, outras em relação às ações dos oradores e muitas em contraste com as circunstâncias de vida que depreendemos de suas falas. Talvez nenhuma delas maior que a de julgar a oratória decadente em discursos de altíssima qualidade retórica, coletados em uma carta que se inicia como busca para elucidar o desaparecimento dos grandes oradores e termina sendo, ela mesma, prova da continuidade, na pessoa de seu autor, da presença deles.²¹

2. *STATVS QVAESTIONIS*

O *Diálogo dos Oradores* é conhecido apenas por cópias de uma única fonte (o manuscrito de Hersfeld, encontrado em 1425 em Hesse, Alemanha, hoje desaparecido), ela mesma já em estado precário. Pior, os manuscritos disponíveis hoje sequer vêm diretamente de Hersfeld, mas são cópias de cópias já posteriores a 1455. Pelo manuscrito de Jesi (séc. IX, reencontrado em 1902), vê-se que o texto já havia sido intensamente corrigido por um primeiro escriba, e recebera mais correções e variantes de um segundo, os dois medievais; mesma coisa fizeram os humanistas que recopiaram o trabalho após o séc. XV, de modo que é difícil traçar as relações estemáticas entre os vários manuscritos nos quais se baseiam as presentes edições críticas.

As dificuldades filológicas envolvendo o *Diálogo* não são sem efeito para a sua crítica. Na realidade, embora o tratamento que copistas e editores lhe dispensaram tenha feito o texto, na maior parte, perfeitamente legível, restam dúvidas em relação a passagens cruciais para entender o posicionamento das personagens no debate que encetam. A principal é a lacuna a partir de Tac. *Dial.* 35.5, presente em todos os manuscritos conhecidos (presumivelmente já em Hersfeld), de tamanho desconhecido,²² que é particularmente problemática por conter falas creditadas a Materno, mas diametralmente opostas àquilo que ele havia dito antes. A diferença é tão chocante que mesmo Gudeman (1894) defende que o discurso em Tac. *Dial.* 36.1-41.5 não poderia ser de Materno, mas sim de Segundo, uma hipótese extrema que depende de admitirmos a existência de uma segunda grande lacuna após Tac. *Dial.* 41.5, da qual não teria sobrado traço na história filológica do texto.

A favor de um discurso desaparecido de Segundo é que ele é a única das personagens a não discursar em momento algum, embora esteja em cena desde o começo da obra. Logo

²⁰ Tal procedimento lembra muito o que, segundo Wood e Titan Jr. (2005), é a estratégia machadiana, e.g. no *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, para criticar e ainda assim participar de uma classe social a que o autor ascendera: deixar as personagens agirem por contra própria, e assim deixar que exibam espontânea e inadvertidamente toda sua mediocridade.

²¹ Van den Berg (2014, p. 305) defende que Tácito dispõe o enredo de modo a veicular uma série de interesses próprios, entre outras coisas, apresentar a si mesmo como um novo lumiar da oratória, negando o que seria o próprio mote da obra, a decadência da oratória e o desaparecimento dos grandes oradores (Van den Berg, 2014, p. 306).

²² Lacuna possivelmente pequena (Murgia, 1979). Para a visão contrária, Häussler (1986).

em Tac. *Dial.* 4.2, Materno externa seu desejo de que uma terceira parte ouvisse e desse um veredito sobre quem tinha razão na infundável discussão *retórica X poética* que vinha tendo com Apro; Segundo pondera que, por não ser imparcial, retirar-se-ia do caso, como fazem os juízes decentes, mas não sabemos se essa recusa foi aceita pelos companheiros, pois, em Tac. *Dial.* 5.4, Apro diz, pelos manuscritos, *quatenus arbitrum litis huius inueniri...*, algo inaceitável, literalmente: “já que ser encontrado um juiz deste caso [, então]...”, em que ou o verbo está mal conjugado, ou falta parte de uma locução verbal (ou ambos).

Se algo falta, o contexto faz suspeitar que falte também um termo de negação, “talvez já que *não pôde ser* encontrado um juiz”, o que explicaria o silêncio de Segundo: sua opinião já é conhecida, é a de Materno, ele é parcial. Mais tarde, em Tac. *Dial.* 16.3, o próprio Materno corrobora essa coincidência de opiniões ao prometer, pelos dois, que completariam as partes do discurso de Messala (de novo contra Apro) no que julgassem necessário. Nesse caso, falta também saber o que, afinal, faz Segundo no *Diálogo*. Ao contrário, se a passagem se resolve, por exemplo, em “já que *pôde ser* encontrado um juiz”,²³ seria de esperar que em algum ponto Segundo externasse algum veredito. Nesse caso, onde melhor para isso que perto do fechamento da obra, talvez mesmo como último discurso?

O debate sobre esse passo continua em aberto (Murgia, 1978; Possanza, 1995; Güngerich, 1980). Com relação à identidade do orador em Tac. *Dial.* 36.1-41.5, embora vários tenham sido os candidatos propostos (bons resumos da controvérsia encontram-se em Gillis, 1972 e Gudeman, 1894), há um consenso crescente de que se trata mesmo de Materno; em particular, as três edições críticas nas quais este estudo se baseia (Mayer, 2001; Gudeman, 1894; Heubner, 1983; Winterbottom e Olgivie, 1975) consideram que há uma única lacuna no *Diálogo*, e que, de fato, Segundo não discursa.

Ademais, embora em um primeiro momento as contradições entre os discursos de Materno pareçam inusitadas, há razões literárias ponderáveis para tal (ver seção 2.3). É preciso lembrar que no *Fedro*, de Platão, Sócrates também faz dois discursos com conteúdos opostos, e por um motivo bastante prosaico: primeiro, fala contra o amor, mas apenas para exemplificar como Lísias, com cujas ideias não concorda, poderia ter construído melhor seu próprio discurso sobre o tema, e depois fala a favor, que é o que realmente pensa. Tivéssemos perdido os trechos do texto contendo o desenrolar da conversa, estaríamos igualmente na dúvida se não teria sido Fedro – que em *Fedro* tampouco discursa – o primeiro orador, interpretação estritamente compatível com o fato de que ele a princípio se deixara convencer por Lísias, e com o hábito platônico de sempre dar a Sócrates a última palavra (com a qual demolir os argumentos contrários).

Não estou sugerindo que a explicação para as contradições de Materno seja assim simples. Para dizer a verdade, *contradição* é quase que o elemento estruturante do *Diálogo*,

²³ Por que Apro contrariaria tão sumariamente o colega? Güngerich (1980) aponta que Apro diz “*arbitrum litis huius*”, “juiz deste caso” particular entre ele e Materno, não envolvendo uma preferência geral pela retórica ou poética, afastando, assim, a desculpa da parcialidade. Sem embargo, Apro continua sua fala como se mimetizasse a de um orador no fórum, como se, de alguma forma, a brincadeira tivesse sido aceita e alguém estivesse no papel de juiz.

e a lembrança do *Fedro*, acima, não ocorreu por acaso, pois poderia ser um índice de intertextualidade entre o diálogo platônico e o taciteano o próprio fato de discursos *in utramque partem* serem proferidos por um mesmo orador. O *Diálogo dos Oradores* é, está claro, um exemplo ótimo de como a filologia e a hermenêutica de um texto antigo andam lado a lado, influenciando-se mutuamente.

2.1 LOCALIZANDO A VOZ DE TÁCITO

Relembremos, em ordem, os argumentos que avança cada orador:

- **Apro:** tudo bem fazer poesia por lazer, mas o orador deve se empenhar pelo bem público, atuando no fórum. A oratória supera a poesia em *utilidade*.
- **Materno:** a oratória virou um *dirty business*, e serviço melhor pode ser ofertado pela poesia, por sua função profética e denunciativa, como era “antigamente”.
- **Apro:** a poesia é parte da oratória, e os antigos não distam tanto dos modernos, que apuraram a técnica e os superaram. No mais, a oratória forense mantém um espaço legítimo (e seguro) de crítica. “Volte para o fórum!”
- **Messala:** a oratória contemporânea é decadente, e a razão é a decadência dos costumes e da educação. Bom mesmo era no tempo de Cícero.
- Provável **Materno:** no tempo de Cícero se faziam grandes discursos porque havia grandes debates; hoje o imperador decide tudo sozinho, e o melhor a fazer é gozar da paz e da tranquilidade assim como os antigos gozaram da fama.

Apesar da aparente fluidez e correção lógica dos argumentos (exceto, talvez, no caso flagrante de Materno), há uma série de contradições, não apenas entre argumentos, mas também entre o que os oradores dizem e o que eles fazem, ou a situação concreta em que se encontram. Messala, por exemplo, aponta a *declamatio* (ver seção 2.2 à frente) como um dos principais fatores da decadência educacional, mas não menciona que já no tempo de Cícero ela era uma prática corrente, ainda que polêmica, a ponto de Crasso, quando censor, ter banido de Roma as escolas de retórica.

Essas dificuldades levaram os primeiros intérpretes modernos do *Diálogo* a esmiuçarem os argumentos a fim de identificar na boca de alguma das personagens – daquela que possuísse a argumentação mais perfeita – a voz de Tácito. Todos os três oradores que discursam no texto tiveram seus defensores, mas nenhuma análise a favor de um deles resiste aos apontamentos que fazem os que são a favor de outra personagem (um resumo de tais controvérsias encontra-se em Van den Berg, 2014).

Esse tipo de abordagem não apenas não conseguiu encontrar qual seria a *opinião* de Tácito sobre a decadência da oratória, como nem sequer pôde mostrar claramente que ele *tinha* alguma opinião, ou que a obra teria uma unicidade temática, *i.e.*, que essa opinião seria sobre política, sobre estilo retórico ou, ainda, sobre a factualidade mesmo dessa suposta decadência.

2.2 OS DISCURSOS DO *DIÁLOGO* ENQUANTO DECLAMAÇÕES

Em propostas de análise mais sofisticadas, porém, não se pode separar a questão estilística da questão sociológica, visto que ambas coexistem em uma relação de subordinação da elocução à função social da oratória, e, por outro lado, a crítica ao estilo muitas vezes encapsula um desconforto com uma prática determinada ou com um contexto político ao qual deve se adaptar a oratória. É o que vemos na *Institutio Oratoria* de Quintiliano quanto à declamação:

pauca mihi de ipsa declamandi ratione dicenda sunt, quae quidem ut ex omnibus nouissime inuenta, ita multo est utilissima. nam et cuncta illa de quibus diximus in se fere continet et ueritati proximam imaginem reddit. ideoque ita est celebrata, ut plerisque uideretur ad formandam eloquentiam uel sola sufficere; neque enim uirtus ulla perpetuae dumtaxat orationis reperiri potest quae non sit cum hac dicendi meditatione communis. eo quidem res ista culpa docentium reccidit, ut inter praecipuas quae corrumperent eloquentiam causas licentia atque inscitia declamantium fuerit. sed eo quod natura bonum est bene uti licet.²⁴ (Quint. *Inst.* 2.10.1-3)

Cabem algumas explicações sobre a *declamatio*, já que seu reconhecimento pela crítica moderna provocou uma guinada na recepção do *Diálogo*. Na época de Cícero, essa palavra poderia significar um conjunto de exercícios vocálicos para melhorar a dicção e a potência da voz, mas já passara a denominar um tipo de treinamento escolar em que o estudante representava o papel de conselheiro de alguma figura histórica ou mítica diante de um dilema, ou, o estágio mais avançado, representava o papel de advogado em uma causa jurídica fictícia. A crítica de Quintiliano à declamação é que temas tratados nela, em sua época, fugiam à realidade dos tribunais, assim como, por conseguinte, as estratégias de argumentação: de nada valiam os discursos sobre bruxos, pestes, madrastas más e oráculos na hora de falar sobre cauções ou disputas patrimoniais (Quint. *Inst.* 2.5.5).

Ocorre que a declamação se tornara, em considerável medida, um fim em si mesma e, ainda por cima, um fim lúdico. Bloomer (2007) afirma que “declamation is the first major literary movement of the Roman empire”. Em seguida, diz como ela assumiu o papel que

²⁴ “Devo dizer algumas coisas sobre a própria técnica da declamação, que, assim como todos creem ser a última novidade, é de fato extremamente útil. Pois tanto ela contém em si mesma quase tudo aquilo de que falamos, como fornece uma ideia próxima da realidade. Por esse motivo ela foi a tal ponto praticada, que muitos acharam que ela sozinha seria suficiente para a formação da eloquência; e, com efeito, não se pode encontrar nenhuma outra virtude, pelo menos no que concerne a um discurso corrido, que não seja partilhada por esse tipo de preparação oratória. Por isso que recai na culpa dos professores o fato de, dentre as principais causas que desvirtuaram a oratória, terem estado a licenciosidade e a incultura dos praticantes da declamação. No entanto, daquilo que é bom por natureza convém fazer um bom uso.”

a antiga oratória republicana tinha no fórum ou nas assembleias como espaço de relativa liberdade de expressão política. Em palavras que não poderiam ser mais claras:

Declamation continued some of the social function of Roman oratory by forecasting the stars of the coming generation and by ranking and re-ranking professional speakers. But beyond these aspects of display and evaluation that animated an expert community, declamation continued another, arguably more important function of the older oratory. Themes of good and bad government were essayed, with a particularly familial cast: the father figures more prominently than the tyrant. [...] The historian may well lay these developments at the feet of Augustus, the great manipulator of media, for whom the crushing of civil wars and the creation of a new order were the duty of a loyal son for a murdered father and the act of a public servant who is not emperor but *pater patriae* (“father of the nation”). [...] Whether or not this stance stems directly from the new imperial articulation of power [...], it allowed a treatment of themes and problems at the heart of what it was to be a Roman citizen. (Bloomer, 2007, p. 298)

Beard (1993) vai mais longe e defende que a declamação teria adquirido uma função social equivalente à do mito na Grécia, isto é, ser uma ferramenta não apenas de educação do jovem, mas também um ritual de discussão, reelaboração e reafirmação dos valores e da própria identidade daquela sociedade a partir de uma atividade coletiva lúdica. É nesse contexto de mudança do papel social e do estilo da oratória, percebida e debatida pelos contemporâneos de Tácito, que surge o *Diálogo*, que não por acaso às vezes parece discutir política a pretexto de falar de oratória, e às vezes parece mencionar a política justamente para aprofundar o debate sobre a oratória; como vimos na seção 2.1, essa aparente inconstância temática pautou o debate crítico sobre a obra até recentemente.

Ocorre que ao longo do séc. XX inconsistências de toda ordem passaram a ser percebidas no enredo do *Diálogo*: contradições entre os argumentos do mesmo orador em um ou outro trecho do texto, pontos levantados por um orador que não são respondidos por outro, até mesmo incongruências das falas dos oradores com o argumento dramático, como Materno dizendo que buscava a poesia para fugir à sanguinolência da oratória forense e, justamente por tê-la recitado em público, estar correndo risco de morte. Além disso, o texto de Tácito difere de todos os outros diálogos transmitidos da antiguidade. Ele é menos uma conversa entre as personagens e mais uma série de discursos monolíticos que se intercalam. Não há interrupções, troca de ideias, contestações, nenhum dos oradores muda de opinião, não fazem concessões uns aos outros, nem sequer como hipótese para investigar alguma linha de raciocínio. Percebendo-o, Luce (1993, p. 28) afirma mesmo que não há progressão dialética, e no final nada se conclui; ainda segundo ele, nos diálogos de Platão pelo menos se chegava a um esboço de teoria, e o *De oratore* crava mesmo certas conclusões.

Esse autor propõe interpretar o *Diálogo* como um conjunto de declamações, em que os oradores estariam menos interessados em fazer análises rigorosas do que em proferir o discurso mais eficaz possível em favor dos pontos de vista que forem defender. Haveria então dois níveis de leitura a que os discursos do *Diálogo* se prestam, o primeiro sendo o da forma retórica, que deve ser agradável e sedutora, coesa e coerente, verossímil, e o segundo sendo o do conteúdo de verdade; este pode ser escamoteado ou exagerado em função das necessidades retóricas daquele, a tensão entre verdade e verossimilhança, em latim *probabilitas*, não sendo nem um pouco problemática.

Tais são observações pertinentes, dado que já no preâmbulo Tácito declara que responderia ao questionamento de seu amigo Fábio Justo relatando-lhe o diálogo entre os seus tutores, *cum singuli diversas [quidem]²⁵ sed probabiles causas afferrent, dum formam sui quisque et animi et ingenii redderent²⁶* (Tac. Dial. 31.3). Ora, o proêmio mesmo do *Diálogo* parece fornecer chaves de leitura essenciais para a compreensão do caráter das personagens e, falando nisso, Ambrosio (2005, p. 63) faz a interessante discussão sobre o papel do exórdio de uma obra escrita, que pode ser lida a qualquer tempo e em qualquer lugar, enquanto substituto (em um tempo em que não havia filmadoras) do contexto preciso de um discurso oral, que é tempestivo, consequentemente contribuindo com a tese de que a fala inicial de Tácito no *Diálogo* já nos estaria dando a sugestão de entender a conversa dos oradores como algo próximo a uma série de declamações, não como a busca filosófica pela verdade, típica do gênero dialógico.

Luce (1993, p. 37) afirma que o bom ouvinte de uma declamação, ou o bom leitor do *Diálogo*, tendo à disposição um cardápio de argumentos, todos eles com potencial persuasivo, teria a consciência de caber a si próprio a seleção das ideias mais afeitas a seu gosto e a suas inclinações, visando a formar um juízo autônomo sobre a questão em tela. Com efeito, tal predisposição à curadoria era parte integrante do *habitus*²⁷ oratório do período, do que podemos esperar, no mínimo, que essas inconsistências, mesmo quando percebidas, não tenham sido um entrave à apreciação da obra por seus contemporâneos, e nos obrigamos a reconhecer que sua efetividade na “destruição” dos sentidos internos aos discursos do *Diálogo* ficaria prejudicada. Em outras palavras, seria improvável que o público do *Diálogo* entendesse que Tácito se manifesta contra um tópico, somente porque nele uma de suas personagens comete deslizes sutis ou escamoteia a realidade dos fatos, enfraquecendo propositalmente seus argumentos. Nas palavras de outro estudioso do assunto:

²⁵ Mayer (2001), Winterbottom e Olgivie (1975). Heubner (1983) traz *ueleasdem*, “talvez as mesmas”.

²⁶ “Conforme individualmente avançavam *causas* opostas sim, mas *prováveis*, delineando cada um o seu temperamento bem como a sua inteligência.” Aqui, “causas prováveis” pode ser entendido tanto no sentido filosófico técnico de “teoria verossímil”, quanto, prosaicamente, “causa [da decadência da oratória] aceitável”.

²⁷ No sentido de Bourdieu, ou seja, o conjunto de regras não escritas, nem mesmo necessariamente conscientes, que os atores sociais seguem a fim de atingirem seus objetivos.

Luce argued that the Roman reader would evaluate the speeches “on two levels, as a connoisseur who appreciates rhetorical expertise and ingenuity, and as a critic who is able to size up the underlying strengths and weaknesses of a case”. But Messalla’s case, when examined for its persuasive effect, cannot stand up to scrutiny. It is not simply that his exaggerations are too pointed; rather, Tacitus preemptively wrests the right of judgment from even the most astute critic of rhetorical argument. The rhetorical effects are not at all those of persuasion, but rather the assertion of Tacitus’ authority and literary enterprise through the dramatic mechanisms of the work. (Van den Berg 2014, p. 314)

No entanto, Tácito aparenta querer realçar as inconsistências dos discursos, e, neste trabalho, veremos como elas não surgem apenas incidentalmente, como seria esperado – por óbvio, a incongruência na declamação não era obrigatória, apenas permissível, caso útil –, mas de forma sistemática e, em certos momentos, contraprodutiva (pensando nos sentidos internos dos discursos), por exemplo quando enfraquecem o argumento sem acrescentar nada à sua *probabilitas* ou ao efeito retórico (ver a discussão sobre a duração precisa do Grande Ano em Chabu, 2021, n. VIII; das várias cifras à disposição, Apro escolhe justamente aquela que compromete o raciocínio).

2.3 TENDÊNCIAS MAIS RECENTES

A sistematicidade dos defeitos retóricos põe em xeque a interpretação do *Diálogo* como uma mera coletânea de declamações; de fato, ela dá corpo à intencionalidade, se não à agência de Tácito ao longo de todo o texto, a despeito de sua promessa no preâmbulo, de que se limitaria a rememorar com exatidão, passo por passo, o que outros disseram e ele apenas ouvira, sem intentar explicações por assim dizer “autorais” sobre a decadência da oratória. Para efeito de comparação, Sêneca, no prefácio das *Controversiae*, faz exatamente o contrário: ele, sim, anuncia que apresentará uma coletânea de declamações para fruição crítica do leitor, e não obstante alerta que os discursos relatados poderiam aparecer diferentes do que haviam sido originalmente, por razão de possíveis falhas de sua memória, que, no entanto, era prodigiosa.

Na realidade, a contribuição de Luce (1993) mais profícua é a de atentar que Tácito teria escrito o *Diálogo* estando *consciente* de que o texto não conteria sentidos *per se*, mas dependeria, para produzi-los, da decodificação que lhe dariam seus leitores. Sem nenhuma dúvida, a moderna teoria literária sabe que todo texto funciona assim, mas a constatação de que um autor, em particular, tivesse clareza desse fato muda a interpretação que se faz de seus textos, à medida que esse autor poderia então tentar manipular de maneira mais fina, ou controlar de modo mais preciso os sentidos de uma obra sua para um ou outro público, coisa que nem todos podem fazer. O próprio Materno é um desses autores talvez um pouco ingênuos, talvez excessivamente corajosos, que não teme a maledicência, as más interpretações das pessoas sobre o que escreve (*Tac. Dial.* 3.2), e crê que, se algo não ficou

claro, então basta dizê-lo com mais ênfase para que se faça jus ao autor (Tac. *Dial.* 3.3). E tudo indica que ele acabou mal.

A partir da década de 1990, portanto, a fortuna crítica do *Diálogo* passou por uma renovação, conforme se foi desistindo de encontrar as “opiniões” do autor escondidas no jogo lógico dos argumentos dos oradores, mesmo no enredo da obra (que por vezes se chama de argumento dramático), e se passou a pesquisar possíveis sentidos que o texto poderia render para seu público. Nas palavras de Van den Berg (2014, p. 301):

Lately scholars have come to recognize correspondences among the speeches [...]. Yet to focus on the speeches alone is to neglect the significance of what lies outside them. An alternative approach can be put in slightly – yet significantly – different terms: “the artistic unity to which the whole work adds up”.²⁸ The more inclusive idea, for all its New Critical baggage, stresses the contribution to the larger argument made in all parts of the dialogue, including the dramatic sections.

In many passages outside the speeches Tacitus directs the process of evaluation, modifying arguments or delivering metacritical commentary on the values and the argumentation in the text.

Um exemplo simples desse tipo de análise é a feita por Reitz-Joosse (2014). Ali, a pesquisadora se debruça sobre a produção de humor na interlocução final dos oradores, em que prometem se denunciar mutuamente, Materno a Apro, para os poetas, e a Messala, para os antiquários, e Apro a Materno, para os rétores e seus frequentadores (Tac. *Dial.* 42.2). Ela identifica a passagem como sendo não apenas jocosa, mas irônica, segundo um conceito bem definido,²⁹ e conclui que naquele ambiente hostil, em que mesmo conversas privadas dentro de um cubículo restrito poderiam resultar em uma *crimatio*, uma denúncia para figuras tão desempoderadas quanto poetas e professores de escola somente poderia ser entendida como absurda, dada sua total inutilidade, em contraste com as consequências lúgubres de denúncias que caíssem em mãos de *delatores*. Como a autora enxerga Materno em perigo, particularmente por conta de Apro (que, afinal, defendera em seu primeiro discurso a carreira de dois *delatores* dos mais temidos), entende essa troca de ameaças jocosamente, como se Materno estivesse buscando por garantias dos outros oradores, dizendo “vocês entenderam que nada disso que falei foi sério de verdade, certo?”. Como Apro compra a brincadeira, sua denúncia para os rétores soaria então como uma promessa de confidencialidade, significando “não se preocupe, de minha parte nossa conversa não terá maiores consequências, aliás, tudo o que falamos foi sobre oratória, *não é mesmo?*”.

Ou ainda:

²⁸ Brink (1993, p. 338).

²⁹ Encontrado em Köhnken (1973, p. 33): “dass der Schriftsteller mit seiner Aussage für den aufmerksamen Leser deutlich erkennbar einen ganz anderen Sinn intendiert, als der Wortlaut auf den ersten Blick zu besagen scheint”.

Now, this understanding of the *Dialogus* cannot be derived from the opinion that Messalla holds; indeed, it runs counter to the basic tenets of his positions. [...] The intratext contributes to our understanding of the *Dialogus* not through Messalla's opinion, that is, not through his credibility as a speaker or the strict plausibility of his arguments, but rather through the function of those arguments within the meaningful structures of the work. (Van den Berg, 2014, p. 306)

Se alguns trabalhos se concentraram, primariamente, no funcionamento de aspectos linguísticos do texto, outros o ultrapassaram, buscando compreender como as condições sociológicas e psicológicas de circulação e recepção literárias poderiam se refletir nos significados que os leitores extrairiam do *Diálogo*.

Dressler (2013) nota, como outros anteriormente, que Tácito não ri ao final da conversa, mas, ao contrário de intérpretes mais tradicionais, vê nesse não riso um elemento produtor de significado. O *Diálogo* é encerrado com a frase *cum adrisissent, discessimus*, “eles rindo, fomos embora”, uma mudança brusca da terceira para a primeira pessoa. Gudeman (1894) vê nisso apenas uma fineza literária: Tácito, então um adolescente, entra no cubículo de Materno porque está acompanhando seus tutores, e sua participação na cena se resume a testemunhá-la, o que pontua dizendo *intraimus [...] deprehendimus*, “entramos [...] surpreendemos” (Tac. *Dial.* 3.1). A partir daí, o foco narrativo passa a mirar exclusivamente nos oradores mais experientes, e a agência do jovem Tácito desaparece por completo, assim como a primeira pessoa, até ser recuperada pelo “fomos embora”, que ao mesmo tempo marcaria o fim do relato e nos lembraria da presença do autor como testemunha do episódio. Ademais, sendo ele apenas um estudante na época, não lhe caberia interagir de outro modo em uma conversa entre seus tutores, de forma que o *adrisissent* em terceira pessoa poderia simplesmente ser um sinal de deferência, demarcando uma distância respeitosa entre mestre e aprendiz.

Há outra possibilidade, afirma Dressler (2013). Escrevendo por volta de 102 d.C., o desfecho da história já havia ocorrido, e visto em perspectiva, aquele chiste feito nos anos 70 d.C. talvez não mais parecesse a Tácito nem um pouco engraçado.³⁰ Tal projeção de um reflexo do Tácito de 102 d.C. sobre a cena de 75 d.C. (e muitos outros fatores com que o artigo trabalha) exporia de modo contumaz que a separação entre vida e arte estava borrada,³¹ pondo em dúvida a autoridade do escritor sobre seu texto. Mais do que isso, à medida que

³⁰ Curiácio Materno é o mesmo Materno executado em 91 d.C. por seus discursos? Teria sido a tragédia Catão o estopim dos processos que o condenaram? Teria um daqueles oradores traído sua confiança e o denunciado? Foi Messala, que não entrara na brincadeira e era meio-irmão do pior dos *delatores*? A suspeita sobre Messala é por minha conta, outros pesquisadores desconfiam mais de Apro.

³¹ Sem necessariamente quebrar a quarta parede, aquela que separa o mundo das personagens em cena, no palco, do “mundo real” onde está a plateia, no teatro. “Eles rindo” não significa que eu não tenha rido junto, assim o Tácito de 102 d.C. poderia ter escolhido apenas escamotear que, em 75 d.C., ele também rira, porque, conhecendo o destino supostamente trágico de Materno, teria querido expressar seu diferendo com o que viria a ocorrer

suas personagens são agentes quase autônomos dentro do texto, também a autoridade deles sobre o que eles próprios dizem estaria em xeque.

Tacitus in the *Dialogus* allows the authorial crisis to affect not only the speaker of the work, but also every speaker in the work. In contrast with Juvenal, Tacitus does not use this instability of discourse against himself and his characters as outsiders, but rather shows this discursive instability to be operative at the heart of elite discourse, and perhaps even to be the condition of its possibility. (Dressler 2013, p. 5)

Não se trata meramente de duplo sentido, nem apenas de que os autores não podem ter controle da transmissão e da futura recepção de seus textos. É um problema de fundo, sobre a extensão em que uma voz pode ser autoral dentro de um ambiente ideológico:

[...] such interpretive positions are based in the belief that “in saying A a speaker says B [...], but [...] the ordinary structures for understanding A would not disclose to a hearer that B is also being said: nor is the speaker at all aware that he is saying B, meaning as he does only to be saying A”. (Dressler 2013, p. 6)

Há boas razões, afirma, para crer que estavam dadas as condições sociais em que se pressupõe que os agentes dizem mais do que aparentam, de propósito ou não, o que faria surgir uma *hermenêutica da suspeita*, em especial nos momentos mais propensos à paranoia, como o séc. I de Roma. Concomitantemente, autores que desenvolvessem uma percepção desse fenômeno, para quem o *ludus*, no sentido de Bourdieu (ver nota 32), se revelasse de modo nítido, poderiam operá-lo de modo a comunicar significado independentemente da intenção de quem fala, uma *poética da conspiração*,³² com a função dupla de garantir aquilo que no mundo anglófono se chama “plausible deniability”, e ao mesmo tempo despertar a atenção do público para certas reflexões e questionamentos proibidos, explorando as fissuras da crosta ideológica que reveste a realidade sem correr o risco de sofrer censura ou represália ao tentar adentrá-la por meio de mensagens positivas.

Porém, a escolha do que revelar ou não de uma cena reservada para o público amplo não é uma intervenção menos autoral, artificiosa, que a introdução de elementos não diegéticos no texto ou a escolha dos argumentos a pôr na boca de cada personagem. O artigo em questão não desconsidera esse fato. Ao contrário, já

³² “The counterpart to conspiracy is collusion (>ludus): not in the form of conscious agreement between social agents, but in a form consistent with the hermeneutics of suspicion and the occlusion of consciousness to itself that it presumes; such collusion is strongest when the social agents who constitute it are least aware of it [...]” (Dressler, 2013, n. 56). Para Bourdieu, o *ludus* é a convenção não percebida, o autoconvencimento entre os atores sociais de que seus objetivos são válidos e valem a pena ser perseguidos.

que no mundo romano a quarta parede não poderia mesmo ser muito sólida, não apenas os textos, mas as ações dos indivíduos prestar-se-iam à interpretação (suponho eu, a própria ação de publicar o *Diálogo*).

[...T]hese reflexive, “artificial” moments of the *Dialogus* [are] inconsistencies in Tacitus’ fiction that the work is “real” or somehow “unconstructed”. But this artifice or constructedness, rather than working to vitiate the verisimilitude of the dialogue, works to affirm the verisimilitude of constructedness, which is to say, the naturalness of artifice in the lives of its characters. [... S]uch inconsistencies indicate the degree to which “literary” Romans opened themselves to textuality, in the sense that they invested any given social performance with the need for interpretation, if not textual supplementation... (Dressler 2013, p. 12)

Em Dressler (2013) encontram-se conceitos típicos da sociologia de Bourdieu, como o *ludus* ou, mesmo se não nomeado, o *habitus*. Ora, essa escola sociológica é criticada justamente por seu aspecto um tanto determinista, dando pouco espaço à ação espontânea, autoral, criativa, própria dos agentes sociais; mesmo assim, repara o pesquisador que “reflexivity on the part of social agents may complicate otherwise tenable sociological explanations of their action and motivation”. Há aplicações pertinentes da sociologia de Bourdieu ao campo dos estudos literários (ver *e.g.* Inghilleri, 2005), mas igualmente quem critique o excessivo determinismo de Bourdieu; uma alternativa mais centrada em teorias da agência aplicadas à literatura (no caso, à teoria da tradução, mas certamente adaptável a estudos interpretativos) é Buzelin (2005), que trata de conceitos sociológicos desenvolvidos por Latour (ver seção 4 adiante). Em um trabalho já em desenvolvimento, utilizaremos de algumas dessas ideias para avaliar de que maneira a “crença” romana em sua própria decadência pode ser mais bem compreendida.

3. OS LIMITES DA NOVA CRÍTICA PARA A RECEPÇÃO DO DIÁLOGO

Apesar da imensa riqueza que as tendências mais recentes trouxeram à crítica do *Diálogo*, uma dificuldade a esta altura já deve estar evidente, a de que muito rápido elas se tornam excessivas, se não exclusivamente especulativas quando da ausência de dados sociológicos específicos do contexto em que Tácito publicou. No momento atual, não possuímos informações concretas nem sequer para afirmar que o Materno executado em 91 d.C. foi o *nosso* Materno, embora Kragelund (2012) apresente argumentos persuasivos o suficiente para que, aqui, essa seja uma hipótese de trabalho. Um dos riscos de uma abordagem sociológica ou psicológica que não se atenha aos ditos dados e ao ferramental teórico que essas disciplinas fornecem para interpretá-los é projetarmos sobre Tácito e as personagens do *Diálogo* impressões idiossincráticas nossas, nós que produzimos em realidades diferentes em muitos aspectos daquela em que a obra foi concebida e circulou.

Strunk qualifica Apro como um “agente imperial” (2010, p. 249) que teria ido “dar um recado” a Materno (p. 250); ele entende o discurso de Apro ter sido premeditado como sinal de que deveria ser intimidatório, e que Apro indica ser um “homem do regime” por sua “aceitação da ideologia imperial, especificamente da propaganda augustana de que não haveria descontinuidade entre a República e o Principado” (p. 256). Ora, que dizer do elogio que Materno faz a Virgílio em seu primeiro discurso,³³ justamente aquele que, por falar de si próprio, de seus sentimentos, vocação e testamento, parece ser o mais franco? No mínimo Materno é tão homem do regime quanto Apro, pois é de conhecimento geral que a *Eneida* fora uma das joias da propaganda pró-Augusto.

Esse pesquisador não justifica as qualificações que faz de Apro em qualquer base positiva, com a pena de suas conclusões serem tão fluídas quanto as impressões particulares que depreende do texto. Ora, se fosse para insistir no campo das impressões, a minha é a de que Apro era um amigo verdadeiro de Materno e tinha seu discurso pronto, pois eles já vinham debatendo o assunto havia tempos (difícil pensar que um agente do regime teria a paciência de ficar tentando convencer os dissidentes na base da conversa), a ponto de Materno não se incomodar mais com aquela irritação típica de um amigo que vê seu companheiro enveredar pelo caminho errado sem dar ouvidos a seus alertas (Tac. *Dial.* 4.1). Se a intenção de Apro fosse abafar uma voz rebelde, e não aconselhar o colega sobre um perigo iminente, não haveria razão para querer ajudar a inventar as desculpas que poderiam salvar a pele de Materno (Tac. *Dial.* 10.7), muito menos insistir que sua atividade crítica poderia encontrar vazão por meios legítimos, como a oratória forense (Tac. *Dial.* 10.8). Também não parece natural que, não fosse em termos amigáveis, Júlio Segundo não se teria deixado acompanhar por Apro³⁴ em sua visita à casa de Materno; a não ser que desconfiemos até de Segundo, a despeito da tranquilidade com que se alinha a Materno e dissente de Apro (Tac. *Dial.* 5.1-2). Autorizadas as intuições dos intérpretes, discordo de Strunk (2010) também no que tange a Messala e à ameaça que representaria.³⁵

Assim, o artigo de Strunk (2010), que partira de um questionamento sobre a razão pela qual Materno teria, pelo menos na aparência, mudado tão radicalmente de posição entre seu primeiro e segundo discursos, conclui que o motivo foi ele ter passado a se sentir cada vez mais ameaçado, primeiro com a presença de Apro e a reafirmação da ideologia imperial

³³ Não qualquer elogio: Virgílio seria prova do sucesso financeiro e social que um poeta poderia atingir, tendo sido regamente gratificado pelo imperador e aclamado em público como se fosse o próprio príncipe (Tac. *Dial.* 13.1-2).

³⁴ Acompanhamento que se faz tanto na presença física como na intencionalidade, no objetivo de dissuadir Materno de publicar uma versão tão ácida de *Catão* (Tac. *Dial.* 3.2).

³⁵ Com efeito, diz o autor (p. 258) que “with regard to Aper, Maternus must avoid direct critique of the regime [...]; with regard to Messalla, he must avoid personally attacking a family member”. Eu, por outro lado, tenderia a desconfiar mais da postura quase reacionária de Messala, de achar que “antes era tudo melhor que hoje”, e me parece que há um quê de assustador em ele ter aparecido de repente no cubículo, logo após o discurso mais duro de Materno. Vá saber por quanto tempo ele não teria ficado atrás da porta escutando...

em seus discursos, depois com a chegada de Messala e seu demonstrado incômodo ante a críticas a seus parentes; por tais razões ele teria recorrido a uma estratégia de duplo sentido. No fechamento do trabalho, diz:

At the end of the dialogue, Maternus' dissident language and behavior are no less critical, but infinitely more difficult to challenge. His speech is effective in delivering the critique and protecting the critic. Tacitus' *Dialogus* thus functions as a manual on how to offend the authorities under an autocratic regime. (Strunk, 2010, p. 265)

Mas Tácito não era, ele mesmo, uma autoridade de um regime autocrático? Era, e depois de publicar continuou subindo na carreira. Tal conclusão, partícipe de uma tendência que vê no *Diálogo* uma obra essencialmente política, e não retórica, não resiste à discussão feita pelos autores que citamos na seção 2.3, os quais evidenciam a que ponto o trabalho de Tácito é *de fato* sobre oratória.³⁶ Creio que esses equívocos se devam sobretudo à hipótese de que os indivíduos aderem ou recusam autônoma e conscientemente uma ideologia recebida, como se não fossem ao mesmo tempo produto e produtores dela, e como se essa decisão redundasse em dois polos com uma dicotomia cristalina: os “homens do regime”, por livre arbítrio inteiramente adesistas, e os “dissidentes”, convictos refratários a um poder que analisaram miudamente. Pois, mesmo quem não possui a teoria, mas tem a experiência de vida sob uma constituição política autoritária, sabe que pouca gente tem suficiente clareza do estado de coisas em que está imerso, para perceber os mecanismos de exploração que dicotomizam a relação entre oprimidos e opressores e poder decidir-se por um ou outro lado, ou, melhor ainda, pela superação da dicotomia.

Não digo que Apro não compartilhasse da ideologia imperial, mas sim que Materno também se encontrava ideologizado pelo mesmo regime, e que o *Diálogo* retrata esses oradores debatendo-se com as limitações que essa ideologia lhes impunha para capturar e lidar com uma realidade complexa: as inconsistências de seus discursos e suas ações surgem das incompatibilidades entre a realidade factual e os paradigmas que aqueles homens possuíam para conhecê-la, explicá-la e agir nela.

4. CONCLUSÃO, MAS EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS

A noção de decadência retórica, então, seria um desses paradigmas? Antes de responder, é importante notar que tivemos face aos romanos uma tendência de tomá-los como análogos antigos de nós, modernos, um pouco como modernos mais velhos; afinal, eles foram ao longo da história os nossos modelos intelectuais, eram nossos mestres, não objetos de estudo científico sociológico ou antropológico (ao contrário de celtas, africanos, ameríndios, indianos, malaios *et al.*). Daí a atitude passiva com que, até meados do séc. XX,

³⁶ Por isso mesmo, não admira que traga também uma discussão política bastante profunda, pois a oratória esteve historicamente ligada à participação política e, mesmo no Principado, ainda orbitava de perto o centro do poder

muitos trabalhos acadêmicos aceitaram a decadência da oratória como fato, somente por ela ter sido escrita por autores “sérios”, como Tácito, um cônsul e senador, e Quintiliano, que se insistia em ver como um professor “universitário” muito parecido com aqueles que estavam lendo seus textos.

Por um lado, essa é uma postura hoje ultrapassada; nas últimas décadas, instalou-se uma grande preocupação com não incidir em anacronismos e não amalgamar a cultura romana a nossa própria. Por outro, quando se passa a enxergar os romanos pelo mesmo prisma com que olhamos para outros povos não modernos, surgem os riscos inerentes à *crença na crença ingênua* desses povos, algo de que Latour (2021) extensamente trata. Pondera-se de que maneira devem ser tomados os lamentos romanos quanto à decadência – talvez mero decadentismo, uma crendice de achar que antes era tudo melhor que agora, com efeito presente em muitas outras culturas, ainda mais na “conservadora” sociedade romana – e se discute sobre o quanto a decadência seria inevitável nas novas condições sociais e políticas do Principado; chega-se mesmo a falar de uma crise autoral, ou da impossibilidade de os autores produzirem significados para além daqueles socialmente determinados nos processos hermenêuticos do público leitor.

Esses são precisamente os dois momentos da crítica moderna sobre a crença não moderna, como explica Latour (2021) na metade inicial do ensaio. O primeiro deles é o de denunciar a ingenuidade que se atribui ao não moderno, ao pensar que ele acredita, ontologicamente, como seres efetivos e autônomos, naquilo que é antes produto da ação do próprio homem, como os *fetiches*. O segundo momento é voltar atrás, dar-se conta de todos os *fatos* antropológicos e sociológicos que ora impulsionam ora constroem os indivíduos, e denunciar a impossibilidade da agência humana individual sobre eles, que acabam assemelhando-se a entidades tão autônomas e tão fantasmagóricas (o *habitus* e a *illusio*, as “mentalidades”, o “sistema”, o “capital”) quanto aquelas em que, desde o princípio, o não moderno já acreditava a seu modo.

Ocorre que as crenças não modernas não são, como os modernos as tomam, teorias de mundo, metanarrativas, mas sim narrativas eficientes, verdadeiras à medida e na medida em que servem à prática e produzem resultados. A essa fusão de natureza e crença, de fato e fetiche, deu-se o nome de *fatiche* (Latour, 2021, p. 44), que melhor explica o conteúdo das crenças e como elas devem ser compreendidas: sobretudo, o não moderno sabe que o fatiche não deve ser levado “muito a sério”, pois não é a realidade total que deve caber nele, mas ele ser útil para alguma coisa dentro dessa realidade. Se concordarmos que, mesmo com toda a diversidade de povos modernos e não modernos com que já nos deparamos, não há exemplos que comprovem a existência de crenças ingênuas (Latour, 2021, p. 76), torna-se natural pensar que a insistência romana em sua própria decadência tenha sido, na verdade, um fatiche mais que uma opinião estética formal.

Não sou o primeiro, todavia, a questionar o quão a sério devemos tomar tão romana alegação como a decadência. Por um caminho distinto e de forma independente, Dressler (2013) analisa a possibilidade de que:

[...] Tacitus may be experimenting with the actual possibilities of his own literary culture and with its ongoing vitality, in a form of dialogue that, like Romans in their own conception of themselves in general, understands itself as always already in decline, without actually taking its own decline very “seriously”. (Dressler, 2013, p. 5)

Esse autor também aponta a possibilidade de a “crença” na decadência ter uma função mais prática, produtiva, do que teórica, explicativa:

In this space between presumed excellence of tradition and the “decline” of contemporary thought and expression, the masters of elite discourse discover the *pragmatics* and *improvisation*³⁷ that constitute freedom even in, if not because of, literary and cultural “*authoritarianism*”.³⁸ (Dressler, 2013, p. 5)

Olhando por esse ângulo, não será difícil entender o conteúdo prático do suposto fatiche. Não é de suspeitar que a crença romana na decadência seja exatamente o contrário do lamento de uma sociedade conservadora – que seja, na realidade, um impulso ou uma bússola para a enorme criatividade de uma sociedade inovativa? Consideremos Materno, no enredo do *Diálogo*, convencido da decadência da oratória forense, no mínimo acreditando que o papel do orador se encontrava diminuído: o que ele fez? Ele *inventou* e continuou avidamente *reinventando* maneiras novas de exercer o papel de crítica que fora do orador, tomando por base uma idealização do tempo em que os poetas banquetevam com os deuses e exprimiam suas vontades (Tac. *Dial.* 12.4). Tamanha energia criativa de Materno não passou despercebida:

“adeo te tragoediae istae non satiant”, inquit Aper, “quo minus [...] omne tempus modo circa Medeam, ecce nunc circa Thyestem consumas, cum te tot amicorum causae, tot coloniarum et municipiorum clientelae in forum vocent, quibus uix suffeceris etiam si non nouum tibi ipse negotium importasses, ut Domitium et Catonem, id est nostras quoque historias et Romana nomina, Graeculorum fabulis aggregares.”³⁹ (Tac. *Dial.* 3.4)

³⁷ Grifos meus.

³⁸ [...] “authoritarian” in the sense of being characterized by a strong emphasis on the author’s intervention [...] in his discourse... (Dressler, 2013, p.7). Ver também: Korsgaard, Christine. Personal identity and the unity of agency: a Kantian response to Partif. *Philosophy and Public Affairs* 18.2 (1989), p. 101-32.

³⁹ “A tal ponto não te bastam essas tragédias”, Apro fala, “que [...] gastas todo o tempo ora com Medeia, eis agora que com Tiestes, enquanto que te convocam ao foro tantas causas implicando amigos, tantos protegidos das colônias e dos municípios, a quem dificilmente corresponderias de todo ainda que não te tivesses importado essa novidade de ficares associando Domício e Catão, ou seja, narrativas históricas nossas tanto quanto personalidades romanas, a essas fantasias, essas greuges.”

Nesse excerto, o tom de Apro pode levar a crer que ele fosse um conservador e detestasse a inovação, encarando-a como um aviltamento de *nostras historias et Romana nomina*. Contudo, a leitura completa do *Diálogo* revela que Apro é o único dentre as personagens a defender a modernização da oratória como ocorrera no séc. I. O que ele critica em Materno é a direção de sua inovação, por considerá-la pouco romana; para ele, romano era o fórum, o que explica sua apreciação dos novos oradores e sua adesão aos debates retóricos que visavam ao aperfeiçoamento deles (curiosamente, muitos romanos considerariam esses debates como outra das *greguices* importadas). Vemos então que o valor atribuído a uma romanidade original, imaculada, da qual a Roma concreta em que essas pessoas viviam seria uma continuação decaída, era um ideal a ser atingido e pelo qual elas se empenhavam vigorosamente, não uma situação de perda histórica a ser pranteada ou mesmo reparada. O próprio Quintiliano escreve a *Institutio Oratoria* fixando um *ideal de orador* no passado, na idealização da pessoa de Cícero, mas afirmando que o *orador ideal* somente poderia ser atingido no futuro, após o hercúleo esforço de completar o programa que indicava em sua obra, o qual englobava a incorporação das novidades retóricas de seu tempo.

Todos esses elementos, espero, deixam mais clara a natureza do *Diálogo dos Oradores* e o contexto no qual ele foi produzido. As ideias discutidas acima tornam plausíveis diversas interpretações originais sobre o texto e sobre conservadorismo e inovação na sociedade romana, possibilitando redirecionar o olhar que nós, modernos, temos dessa obra antiga. Pelo menos no fulcro do *Diálogo*, o estado de espírito do autor e da maioria das personagens parece tender à inovação, fato importante, por exemplo, para a caracterização que faremos de Messala, em um trabalho posterior, como um homem ingênuo (no sentido de Latour) e reacionário, e daí o real perigo para a sorte de Materno; tal conclusão é contrária à que temos visto em publicações de outros pesquisadores, que vêm enxergando no mero fato de Apro discordar abertamente de um companheiro motivo suficiente para, força de expressão, indiciá-lo por sua morte.

REFERÊNCIAS

- AMBROSIO, Renato. *De rationibus exordiendi: os princípios da história em Roma*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- ARICI, Azelia (ed.). *Tacito. Diálogo degli Oratori, Germania, Agricola*. Turim: UTET, 1959.
- AVELLAR, Júlia; REZENDE, Antonio (ed.). *Tácito. Diálogo dos Oradores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- BEARD, Mary. Looking (harder) for Roman myth: Dumézil, declamation and the problems of definition. In: GRAF, Fritz (ed.): *Mythos in mythenloser Gesellschaft: das Paradeigma Roms*. Berlin: De Gruyter, 1993, p. 44-64.
- BERG, Christopher Van den. Intratext, declamation and dramatic argument in 'Tacitus' *Dialogus de Oratoribus*. *The Classical Quarterly*, v. 64, n. 1, p. 298-315, 2014.

- BLOOMER, William. Roman declamation: the Elder Seneca and Quintilian. In: DOMINIK, William; HALL, Jon (ed.). *A companion to Roman rhetoric*. Malden: Blackwell, 2007, p. 297-306.
- BRINK, Charles. History in the *Dialogus de Oratoribus* and Tacitus the historian: a new approach to an old source. *Hermes*, v. 121, p. 335-49, 1993.
- BUZELIN, Hélène. Unexpected allies. *The Translator*, v. 11, n. 2, p. 193-218, 2005.
- CHABU, Victor. Tradução dos discursos de Apro no *Diálogo dos Oradores*. *Translatio*, v. 21, p. 95-119, 2021.
- DOMINIK, William. Tacitus and Pliny on oratory. In: DOMINIK, William; HALL, Jon (ed.). *A companion to Roman rhetoric*. Malden: Blackwell, 2007, p. 323-38.
- DRESSLER, Alex. Poetics of conspiracy and hermeneutics of suspicion in 'Tacitus' *Dialogus de Oratoribus*. *Classical Antiquity*, v. 32, n. 1, p. 1-34, 2013.
- GILLIS, Daniel. The speaker of 36-40.1 in the *Dialogus*. *Latomus*, v. 31, n. 2, p. 512-8, 1972.
- GUDEMAN, Alfred (ed.). *P. Cornelii Taciti Dialogus de Oratoribus*. Boston: Ginn & Company, 1894.
- GUNDERSON, Erik (ed.). *The Cambridge companion to the ancient rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- GÜNGERICH, Rudolf. *Kommentar zum Dialogus des Tacitus*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1980.
- HÄUSSLER, Reinhard. Aktuelle Probleme der Dialogus-Rezeption: Echtheitserweise und Lückenumgang. *Philologus*, v. 130, n. 1-2, p. 69-95, 1986.
- HESS, Reinhold. *Zur Deutung der Begriffe: sententia, divisio, color bei Seneca*. Schneidemühl: Gustav Eichstädt, 1900.
- HEUBNER, Heinz (ed.). *Cornelii Taciti libri qui supersunt. II Dialogus de Oratoribus*. Berlin: De Gruyter, 1983.
- INGHILLERI, Moira. The sociology of Bourdieu and the construction of the 'object' in translation and interpreting studies. *The Translator*, v. 11, n. 2, p. 125-45, 2005.
- KRAGELUND, Patrick. Tacitus, Dio and the "sophist" Maternus. *Historia: Zeitschrift für alte Geschichte*, v. 61, n. 4, p. 495-506, 2012.
- KÖHNKEN, Adolf. Das Problem der Ironie bei Tacitus. *Museum Helveticum*, v. 30, p. 32-54, 1973.
- LATOURE, Bruno. *Sobre o culto moderno dos deuses fatiches*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- LUCE, Torrey. Reading and response in the *Dialogus*. In: LUCE, Torrey; WOODMAN, Anthony (ed.). *Tacitus and the Tacitean tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1993, p. 11-38.

- MAYER, Roland (ed.). *Tacitus. Dialogus de Oratoribus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MONTEFUSCO, Lucia. *La dottrina degli status nella retorica greca e romana*. Hildesheim: Olms-Weidmann, 1986.
- MURGIA, Charles. *Loci conclamati* in the minor works of Tacitus. *California Studies in Classical Antiquity*, v. 11, p. 159-78, 1978.
- MURGIA, Charles. The length of the lacuna in Tacitus' *Dialogus*. *California Studies in Classical Antiquity*, v. 12, p. 221-40, 1979.
- GLARE, Peter (ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 1968-82.
- POSSANZA, Mark. A *crux* in Tacitus *Dialogus* 5.3-4. *Phoenix*, v. 49, p. 131-9, 1995.
- REINHARDT, Tobias. *Cicero. Topica*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- REITZ-JOOSSE, Bettina. Denouncing one's friends: the ending of Tacitus' *Dialogus*. *Mnemosyne*, v. 67, p. 115-21, 2014.
- RUTLEDGE, Steven. Oratory and politics in the Empire. In: DOMINIK, William; HALL, Jon (ed.). *A companion to Roman rhetoric*. Malden: Blackwell, 2007, p. 109-21.
- STRUNK, Thomas. Offending the powerful: Tacitus' *Dialogus de Oratoribus* and safe criticism. *Mnemosyne*, v. 63, n. 2, p. 241-67, 2010.
- STUART, Duane. *Tacitus. The Agricola*. Nova Iorque: Macmillan, 1909.
- SYME, Ronald. The friend of Tacitus. *The Journal of Roman Studies*, v. 47, n. 1/2, p. 131-5, 1957.
- WINTERBOTTOM, Michael. Quintilian and the *vir bonus*. *The Journal of Roman Studies*, v. 54, p. 90-7, 1964.
- WINTERBOTTOM, Michael; OLGIVIE, Robert (ed.). *P. Cornelii Taciti opera minora*. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1975.
- WOOD, Michael; TITAN Jr., Samuel. Um mestre entre ruínas. *Teresa*, v. 6-7, p. 504-10, 2005.